

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para o serviço de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de Cartões Magnéticos, com processamento e carga de créditos eletrônicos para aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidades social, considerando a necessidade de continuidade no atendimento em substituição, de forma gradativa, da cesta básica, que atualmente é a forma de garantir a segurança alimentar destas famílias atendidas na 04(quatro) Unidades do CRAS.

1.2 Requisitante:	Fundo Municipal de Assistência Social
1.3 Fundamentação legal:	Lei nº14.133/21 art. 78 inciso IV - SRP
1.4 Período:	1 (um) ano.
1.5 Modalidade:	PREGÃO, na forma eletrônica, julgamento MENOR PREÇO POR ITEM , via Sistema de Registro de Preços, nas condições, quantidades, características e prazos abaixo definidos, a fim de atender as necessidades da SMASDHT – nos termos da Lei nº. 14.133/2021

2. DO SERVIÇO

2.1. A empresa contratada deverá prestar os serviços para fornecimento, emissão e entrega de Cartões Alimentação, na forma de Cartões Eletrônicos com Chip, seguida de recarga de crédito, para atender as necessidades das 04(quatro) Unidades do CRAS (Centro de Referência em Assistência Social), assistidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude.

2.2 O valor de recarga de cada cartão magnético será de R\$ 200,00 (duzentos reais).

2.3 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens, para auxiliar a empresa contratada a estimar seus valores, considerando as especificações e necessidades:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT SERV	QUANTIDA DE DE CARTÕES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa especializada para o serviço de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de Cartões Magnéticos de Alimentação, bem como disponibilização dos respectivos valores de carga ou créditos de forma automática (on line), para atender famílias assistidas pelas Unidades do CRAS.	14109	9.600	199,00	1.910.400,00

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de cartões eletrônicos com carga, que serão utilizados pelas famílias em situação de vulnerabilidade, assistidas pelas 04 (quatro) Unidades do CRAS, Equipamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude, em substituição às cestas básicas anteriormente distribuídas no Município.

3.2. A estimativa das quantidades baseou-se no quantitativo de cestas básicas distribuídas gratuitamente às famílias em situação de vulnerabilidade social, residentes nas áreas de abrangência das quatro Unidades do CRAS assistidas pela SMASDHTPPJ, que demandaram tal atendimento no período dos últimos 12(doze) meses. Em consulta feita junto as coordenações responsáveis, foram apurados o número de 9.600(nove mil e seiscentas) cestas dentro dos atendimentos pontuais e emergenciais. É importante frisar, que, por se tratar de famílias em situação de vulnerabilidade social, o quantitativo pode variar de acordo com a situação socioeconômica destas famílias. Sendo certo que é o dever do Estado, conforme Lei 8.742, Art 1º, garantir esse atendimento:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

3.3. Considerando que esta contratação será através de fornecimento de cartões

magnéticos, com processamento e carga de créditos eletrônicos para aquisição de gêneros alimentícios. Como é sabido, há grande diferença entre os valores dos produtos componentes de uma cesta básica física em relação aos produtos individuais a serem adquiridos no mercado, através de cartão magnético. Portanto, restou verificado pela equipe técnica desta Pasta que o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) seria o mais adequado e indicado para atender este público para a compra em mercados locais.

3.4. De acordo com o classificador de despesas instituído pelo município, o objeto será classificado como Benefício Eventual, conforme disposições legais, **Natureza da despesa: 3.3.90.32.01 Programa de trabalho 3600108 2 440093 2 23333, Fonte 1500.**

4. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

4.1 A Contratada deverá disponibilizar à Contratante, de acordo com todas as condições contidas neste Termo de Referência, os cartões e valores de carga.

4.1.1 A Contratada deverá entregar os cartões solicitados de acordo com a demanda apresentada, na Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude, no endereço : Av: Alberto Braune, 224 – segundo andar – sala 214 - Centro – Nova Friburgo – Cep 28613-001, por sua exclusiva conta e risco, bloqueados, juntamente com senha individual, em envelope lacrado, constituindo sua utilização eletrônica por parte do beneficiário.

4.1.1.1 Após a assinatura do contrato, a Contratante deverá fornecer à contratada, em até **48 (quarenta e oito) horas**, relação contendo o nome e CPF e demais informações necessárias dos beneficiários que receberão os cartões demandados.

4.1.1.2 A data máxima para entrega dos cartões solicitados no endereço informado no item 4.1.1 será de 07 (sete) dias úteis, após fornecimento da relação de beneficiários pela Contratante.

4.1.1.3 A entrega de cartões deverá ser realizada pela Contratada de acordo com a demanda apresentada e relação disponibilizada pela Contratante, como já descrito no item 4.1.1.1, em seguida a Contratante já poderá solicitar formalmente à Contratada a carga de crédito nos cartões , que deverá acontecer em até 04(quatro) dias corridos.

4.1.2 É de responsabilidade da Contratada a disponibilização do valor de carga apenas nos cartões solicitados pela Contratante.

4.1.2.1 A Contratada deverá disponibilizar sistema de acompanhamento e controle de

lançamentos dos créditos e débitos de forma individualizada e global, até a data estipulada no item 4.1.1.2, permitindo a geração de relatórios para conferência e resolução de problemas diversos, possibilitando a consulta pelos respectivos usuários, por meio de emissão de extrato (quando solicitado pelo usuário ou pela Contratante).

4.1.3 Após a disponibilização do valor de carga, dispostas no item 4.1.2, deverá a Contratada emitir fatura referente apenas aos créditos realizados nos cartões solicitados.

4.1.3.1 É de responsabilidade da fiscalização de contrato designada pela Contratante, a devida conferência e atesto das faturas apresentadas pela Contratada.

4.1.4 Os cartões deverão possuir validade para utilização pelo beneficiário de 90(noventa) dias, contados a partir do crédito disponibilizado, cujo valor será de R\$ 200,00 (duzentos reais).

4.1.5 O saldo resultante dos créditos não utilizados, devidamente descontado da taxa administrativa aplicada pela Contratante, deverá ser depositado em conta corrente, cuja titularidade será do Município de Nova Friburgo. O prazo para depósito na conta do Município, conforme disposto neste item, será de 05(cinco) dias úteis, após a análise e emissão de parecer da fiscalização do contrato.

4.1.5.1 A Contratante deverá enviar para Contratada as informações do item 4.1.1.1 em formato xls, doc, pdf ou similares.

4.1.6 A informação necessária e indispensável à correta utilização, estabelecida em regulamento ou norma legal aplicável, deve estar devidamente indicada no cartão de uso pessoal, bem como deverá ser fornecida ao setor designado para fiscalização do objeto do presente.

4.1.7 Os cartões emitidos deverão permitir a habilitação de senha individual, de forma a garantir privacidade e segurança na utilização e evitar prejuízos em caso de extravio, furto ou roubo.

4.2. DA RENOVAÇÃO

4.2.1 O Município poderá, nos Termos do Artigo 106 da Lei 14.133/2021, celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem

econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

§ 1º A extinção mencionada no inciso III do caput deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

4.2.2 No caso em apreço, a contratação terá vigência de 1 (ano) podendo ser renovado até o prazo de **05 (cinco) anos** nos Termos do Art. 106 da Lei 14.133, 2021 acima apontado.

5. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1 A proponente deverá apresentar atestado de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que especifique em seu objeto os tipos de serviços prestados, com indicação das quantidades e prazo contratual, datas de início e término e local da prestação do serviço.

5.2 A proponente deverá apresentar documento se comprometendo, no ato do certame, a disponibilizar após adjudicação do resultado, em um prazo de 03(dias) dias úteis, relação contendo **no mínimo 40(quarenta) estabelecimentos credenciados** para o ramo alimentício dentro do município de Nova Friburgo/RJ, como: hipermercados, supermercados, mercados, armazéns, mercearias, açougues, hortifrútis, peixarias e similares.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública.

6.1.1 As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame, desde que, demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial (art.58 da Lei 11.101/2005).

6.2 Não poderão participar ainda servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem como as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

6.3 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços a praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1 Consagrar-se-á vencedora do certame a licitante que ofertar o **MENOR PREÇO DO ITEM**.

7.2 Poderão ser apresentadas propostas em valores inferiores ao valor do crédito a ser disponibilizado por cartão, conforme praxe de mercado.

8. DA REDE CREDENCIADA:

8.1 A contratada deverá ter e manter credenciados, ao longo da vigência do crédito, no mínimo 40 (quarenta) estabelecimentos no município de Nova Friburgo/RJ, garantindo aceitação dos cartões Eletrônicos, através do sistema de alimentação(mercado, supermercados, hipermercados e similares) e, deverá ainda, disponibilizar após adjudicação do resultado, em um prazo de 03 (três) dias úteis, relação contendo todos os credenciados, bem como remetê-la para o endereço eletrônico smasnf@gmail.com.

9. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇOS

9.1 Os cartões solicitados deverão ser entregues à Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude, no endereço : Av: Alberto Braune, 224 – segundo andar – sala 214 - Centro – Nova Friburgo – Cep 28613-001.

10. DA LIQUIDAÇÃO:

10.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258, de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313, de 10 de outubro de 2019.

11. DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto nº 258, de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no Decreto nº 313, de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- **Negativa de Débitos trabalhistas;**
- **Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;**

- FGTS;
- PGE – referente à Dívida ativa Estadual;
- Municipal - referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

11.2 A Nota Fiscal de Serviço deverá conter identificação do Banco, número de Agência e da Conta Corrente, para que possibilite a CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor.

11.3 Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE;

12.1.1 Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o contrato;

12.1.2 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

12.1.3 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

12.1.4 Prestar informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

12.1.5 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e lei 14.133/2021, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 Manter o serviço contratado em número, qualidade e condições especificadas no Edital.

13.2 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

13.3 Cumprir o objeto do presente Termo de Referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da Licitação, bem como na legislação em vigor;

13.4 Responsabilizar-se, integralmente, por todos os ônus decorrentes de encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas, e por danos causados ao Contratante, em virtude da má execução do objeto deste contrato.

13.5 Responsabilizar-se, exclusivamente, pelo pagamento à rede de estabelecimentos credenciados, decorrentes do consumo, inexistindo quaisquer vínculos ou obrigação financeira pela CONTRATANTE, ficando claro que CONTRATANTE não responde solidária ou subsidiariamente por esses pagamentos;

13.6 Responsabilizar-se integralmente pelo serviço contratado, em conformidade com as especificações técnicas, nos termos da legislação vigente.

13.7 Responsabilizar-se civil e criminalmente, pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

13.8 Designar preposto com poderes para solucionar, de forma imediata ou em prazo fixado pela CONTRATANTE, quaisquer pendências decorrentes da execução do contrato;

13.9 O CONTRATANTE se reserva ao direito de, a qualquer tempo, solicitar a substituição do preposto da CONTRATADA, uma vez constatado o não preenchimento das condições exigidas para assistência a ser prestada, ou que se conduzam de modo inconveniente ou incompatível com o decoro e a função que foi atribuída;

13.10 Não credenciar rede de estabelecimento que esteja sancionada pelo não cumprimento da legislação vigente sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do **IBAMA, CONAMA E INEA**;

13.11 É de responsabilidade da CONTRATADA, manter credenciados à rede, apenas estabelecimentos que observem as normas reguladoras de sua atividade;

13.12 Comprovar instalações da CONTRATADA na região Metropolitana ou Serrana do Estado do Rio de Janeiro, com estrutura para atender aos prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência ou viabilizar o atendimento remoto por meio de vídeo conferência, consulta por telefone e por e-mail, com suporte 24horas;

13.13 Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela CONTRATANTE, por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 48horas, para exame e esclarecimentos que se fizerem necessários;

13.14 As comunicações do CONTRATANTE deverão ser respondidas por escrito, no prazo máximo de 24 horas, a contar do seu recebimento, bem como atender às reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas;

13.15 As notificações por descumprimento contratual terão o prazo de resposta de até 02(dois) dias úteis a contar do seu recebimento, submetendo-se à CONTRATADA as sanções e penalidades cabíveis, caso tal determinação não seja cumprida;

13.16 A CONTRATADA deverá disponibilizar, após assinatura do contrato, sem ônus para o CONTRATANTE, capacitação de pessoal para os fiscais e gestores envolvidos na utilização do sistema, incluindo:

- Detalhamento dos procedimentos para utilização do Software de Gestão e Emissão de relatórios;
- Informações relativas a eventuais falhas operacionais e providências necessárias para saná-las;
- Outras informações julgadas oportunas e necessárias para a correta utilização do sistema .

13.17 A **CONTRATADA** deverá prestar suporte técnico ao CONTRATANTE, através de Serviço de Atendimento ao Cliente, por telefone ou internet, devendo ainda disponibilizar preposto para suporte 24 horas por dia, durante o prazo de validade do contrato, ou seja, nos 12 (doze) de vigência do Contrato;

13.18 Além de garantir o sigilo das informações relativas à Contratação, a CONTRATADA não poderá divulgar e fornecer os dados referentes à prestação de serviço;

13.19 A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.20 Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do contrato.

14 DA GARANTIA

14.1 A CONTRATADA deverá, a partir da data de comunicação efetuada pela fiscalização do contrato ou usuário, no prazo de 05(cinco) dias, realizar a reposição gratuita, ao beneficiário, dos cartões defeituosos, extraviados, furtados ou roubados, bem como bloquear imediatamente

o saldo existente logo após a devida comunicação da ocorrência.

14.2 Na ocorrência de extravio, furto ou roubo do cartão por mais de uma vez de um mesmo beneficiário, o próprio deverá arcar com a despesa da emissão de novo cartão.

14.3 Não será realizada cobrança de garantia contratual, tendo em vista o risco do negócio para administração ser diminuto.

15 MEDIDAS ACAUTELADORAS

15.1 Consoante ao artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco eminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

16 DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

16.1 O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração na forma dos artigos 117 e 140 da Lei 14.133/2021.

16.2 Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados os agentes públicos listados a seguir:

1.2.

Gestor Titular	Simone de Almeida Pinto	Subsecretária de Assistência Social	Mat 63.271
Gestor Substituto	Edilene Gorete Torres Laett	Gerente de Benefícios Eventuais	Mat 62.699
Fiscal Titular	Ana Elza da Silva Junior	Supervisor de Nível Intermediário de Proteção Social Especial	Mat 62.995
Fiscais substitutos	Kássia Coelho Azevedo	Coordenadora CRAS I – OLARIA	Mat 62.313
	Rosana de Fátima Santiago Ismério	Coordenadora CRAS II – CENTRO	Mat 63.142

	Ricardo Alfredo Kautschr Onofre	Coordenador CRAS III – CAMPO DO COELHO	Mat 199.133
	Josiane dos Santos Timóteo	CRAS IV – CONSELHEIRO PAULINO	Mat 63.019

16.3 O(s) fiscal(ais) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

16.4 O(s) fiscal(ais) designado pela CONTRATANTE deverá ter experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

16.5 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

16.6 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelo danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão, conforme artigo 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

17 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 A empresa vencedora o certame aceitará nas mesmas condições e preços os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até o limite de 25% do valor inicial da contratação para o objeto definido neste Termo de Referência.

18. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

18.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos da pasta requisitante, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a

aplicação das sanções previstas no artigo 155 da Lei 14.133, de 2021.

19.1.1 Nos Termos do Art. 155 da NLLC, comete infração administrativa a contratada que :

- I** - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II** - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III** - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII** - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.1.2 A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas e, em conformidade com o artigo 156 da Lei 14.133, de 2021, as seguintes sanções:

- I** - advertência;
- II** - multa;
- IV** - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.1.3 – A sanção prevista no inciso II do artigo 156 da Lei 14.133, de 2021, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30%(trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei 14.133, de 2021.

19.1.4 A sanção prevista no inciso III do artigo 156 da lei 14.133, de 2021, será aplicada ao responsável quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03(três) anos.

19.1.5 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado.

19.1.6 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

19.1.7 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

20. DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1 Não será admitida a subcontratação de parte ou totalidade do objeto deste contrato.

21. DA RESCISÃO

21.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do contratado, assegurará ao Município o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

21.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 137 da Lei 14.133/2021 constituem motivos para rescisão do contrato.

21.2.1 Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao Município.

21.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do Município.

21.2.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 138, inciso I, aplicando-se no que couber, as disposições do artigo 139 da mesma Lei.

22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Os proponentes deverão apresentar as propostas, cujos preços obedeçam ao valor fixado para a presente licitação.

22.2 Termo de Referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude.

GESTOR:	APOIO TÉCNICO:	APOIO
<hr/> Simone de Almeida Pinto Subsecretária de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude Matr.: 63.271	<hr/> Monara Tavares da Silva Cunha Assessor de Nível Superior de Apoio Administrativo Matr.: 199.511	<hr/> Monique Duarte Chaves Assistente Administrativo Matr.: 6868

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Diego Asth da Silva
Secretário Municipal de Assistência Social, Direitos
Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude
Matr.: 63.262